

## A PERCEÇÃO DOS CUIDADORES SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ABRIGOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DO CUIDAR

Cláudia Maria Leal MARQUES\*

Maria Aparecida Tedeschi CANO\*\*

Telma Sanchez VENDRUSCOLO\*\*\*

- RESUMO: Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Uberlândia-MG, em um Abrigo não governamental, que recebe crianças de 0 a 4 anos de idade, vítimas da violência e miséria social. O **objetivo** desta pesquisa foi o de conhecer a percepção dos cuidadores sociais com relação ao crescimento e desenvolvimento infantil e os cuidados que são oferecidos por eles às crianças institucionalizadas. O referencial teórico embasou-se em autores que discutem a evolução histórica da assistência à criança, o abandono e as leis de proteção. Foi utilizada a **metodologia** qualitativa, baseada na técnica de livre narrativa dos sujeitos a partir de uma questão norteadora: “Como é para você trabalhar aqui no Abrigo cuidando de crianças”. A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo, modalidade-análise temática. Os **resultados** da análise do conteúdo evidenciam **quatro núcleos de sentido**: A CHEGADA; O COTIDIANO, que se sub-divide em: a rotina, a recreação e os cuidados; A ESPERA e ADOÇÃO. Pode-se perceber a ligação direta entre o trabalho doméstico das cuidadoras, com a atuação com as crianças; a relação de gênero no cuidar e a falta de percepção das cuidadoras quanto às questões trabalhistas e o preparo profissional para o cuidado.
- PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores Sociais; Crianças; Abrigos.

### Introdução

As crianças institucionalizadas em Abrigos são vítimas da miséria social, que envolve a violência, a ignorância e negligência de suas famílias e esta é uma realidade presente nas famílias brasileiras. A vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no Brasil.

Os Abrigos são instituições governamentais (ou não

---

\* Enfermeira. Mestre pela Universidade de Franca.

\*\* Enfermeira, Professora Doutora Livre Docente da área Materno Infantil e Saúde Pública da Universidade de Franca.

\*\*\* Assistente Social, Professora Doutora da área de Fundamentos do Serviço Social na Universidade de Ribeirão Preto. CEP: 14025-220.

governamentais) responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças que necessitem temporariamente, se afastarem do convívio familiar.

Na institucionalização em Abrigos estas crianças passam a viver sem a referência do que é ter uma família, acolhimento, segurança, relação afetiva mãe-filho e rompem os laços de convivência familiar e comunitária. Suas necessidades básicas são atendidas por profissionais denominados Cuidadores Sociais.

Existe um acolhimento provisório da criança abandonada e há uma preparação e acompanhamento para que retornem futuramente à família de origem ou façam parte do processo de adoção dentro de um dispositivo jurídico-técnico que tem o objetivo de “proteger a infância” (WEBER, 2005).

Estas crianças institucionalizadas necessitam de uma família para recebê-las dentro de um tempo menor possível, oferecendo toda assistência e vínculos que só a família pode oferecer; toda a sociedade encontra ou deveria encontrar na família o seu ponto de partida. O núcleo familiar é de significativa e de incomensurável importância para o ser humano, principalmente as crianças que estão em fase de crescimento e desenvolvimento bio-psico-social.

O vínculo é um aspecto tão importante no desenvolvimento das crianças que é garantido pelo Estatuto da Criança e Adolescente no Capítulo III-Do Direito a Convivência Familiar e Comunitária-Art. 19: “Toda criança tem direito de ser criada no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, ECA, 1990, p. 20).

Em nossa vivência profissional como profissional de saúde de uma equipe multidisciplinar da rede de atendimento integral a saúde da criança, dentro da nossa competência técnica entendemos que a criança é um ser em desenvolvimento físico, emocional, social, cultural e portanto o eixo norteador de todo o cuidado à saúde é o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento.

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança é o principal indicador de suas condições de saúde, compete ao enfermeiro não só acompanhamento e avaliação, mas atuação junto à família, aos cuidadores sociais orientando-os promovendo aquisição de competências para atender as

necessidades das crianças que incluem: comunicação, higiene, imunizações, sono, nutrição, afeto, segurança sexualidade, saúde bucal, disciplina e auto-estima.

Por outro lado, percebemos que apesar da boa vontade, os cuidadores dos Abrigos não estão capacitados dentro da área da saúde para acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças. Diante do exposto o nosso objeto de estudo nesta pesquisa, será o cuidado que é oferecido pelos cuidadores sociais, às crianças institucionalizadas nos Abrigos.

Com esta pesquisa, esperamos estar contribuindo para que as crianças que estão abrigadas, aguardando o retorno à convivência familiar e comunitária ou sendo encaminhadas para adoção, tenham uma melhor qualidade de vida, uma vez que entendemos que o processo de cuidar é um processo interativo entre quem cuida e quem é cuidado.

## **Objetivo**

Conhecer a percepção dos cuidadores sociais com relação ao ingresso das crianças nos Abrigos e os cuidados oferecidos durante o processo de institucionalização.

## **Metodologia**

Para desenvolvermos esta pesquisa, buscamos como referencial metodológico, a abordagem qualitativa, entendendo que esta facilitaria a compreensão de um aspecto social, influenciado por fatores políticos, culturais e morais que em uma abordagem quantitativa perderia muito seu significado. Segundo Triviños (1994, p. 120) muitas informações sobre a vida não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo.

A pesquisa foi realizada na cidade de Uberlândia, localizada na região nordeste do Triângulo Mineiro, considerada a terceira maior cidade do estado de Minas Gerais. Fizeram parte deste estudo, três cuidadores sociais do Abrigo que é mantido por uma ONG e supervisionado pela Vara da Infância e da Juventude do município. Todos foram esclarecidos previamente sobre os objetivos da pesquisa e também sobre a necessidade de gravação das mesmas. Assinaram o Termo de Consentimento Livre e

esclarecido. Fomos recebidos no abrigo, em dia e horário previamente agendados e houve clima informal e descontraído.

Para Cruz Neto (1994), a apresentação da proposta do trabalho aos participantes da pesquisa é importante, uma vez que os mesmos devem ser esclarecidos sobre aquilo que se pretende investigar e as possíveis repercussões da investigação.

Priorizamos neste trabalho a entrevista semi-estruturada, como instrumento de coleta de dados, pois permite que se capte a informação desejada, além de possibilitar que o entrevistado possa se expressar livremente sobre o tema proposto. Elaboramos um roteiro com dados sobre o estado civil, grau de escolaridade, número de filhos e tempo de atividade no Abrigo. A seguir apresentamos o seguinte questionamento: Como é para você trabalhar aqui no Abrigo cuidando das crianças.

### **Análise dos Dados**

Para esta etapa da investigação, seguimos os passos propostos por Gomes (1994) de ordenação dos dados, que realizamos através da transcrição das entrevistas gravadas e leitura dos textos transcritos. Após várias leituras, classificamos os dados organizando os núcleos de sentido e a seguir realizamos a análise final, utilizando os fragmentos das falas do atores sociais, estabelecendo articulações destas com a teoria.

A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo, na qual utilizamos os pressupostos da análise temática, método que se propõe a enxergar o mundo e compreender o seu contexto (BARDIN, apud MINAYO, 1996).

### **Resultados e Discussão**

Fizeram parte da pesquisa, três cuidadores sociais do Abrigo, com idade entre 20 e 42 anos, grau de escolaridade nível médio, somente uma delas não tem filhos e o tempo de atuação profissional na instituição variou de um ano e um mês a um ano e seis meses.

Os resultados da análise do conteúdo das falas destas cuidadores sociais evidenciaram os seguintes núcleos de sentido: 1- A Chegada e os maus tratos; 2- O Cotidiano, que serão apresentados a seguir.

## **A chegada e os maus tratos**

Neste Núcleo de sentido vamos retratar o ingresso das crianças no Abrigo, percebemos pelas falas dos atores sociais, sujeitos da nossa pesquisa, que a violência e os maus tratos no núcleo familiar são alguns dos fatores, percebidos por eles na chegada a instituição, como podemos ver a seguir:

C-1- Você vê muita coisa assim revoltante... chegou um aqui que foi espancado... nossa é dolorido.

C-2- Tem crianças que vieram pra cá por causa dos maus tratos.

A violência contra as crianças é um grave problema em nosso país, deixando de ser somente em nível social-jurídico incluindo-se também no universo da saúde pública. Violência esta gerada pelas condições de miséria em que vivem as famílias brasileiras que vivenciam no cotidiano, a desigualdade social, desemprego, analfabetismo, ambiente conflituosos; exposto ao abuso de drogas, baixa auto-estima, transtornos de conduta é neste contexto que as crianças são vítimas em potencial.

O tipo mais freqüente de maus tratos contra as crianças é a violência doméstica e que muitas vezes se prolonga por muito tempo uma vez que a família é o “locus privilegiado” que protege as crianças, e onde se propicia o seu desenvolvimento, porém há um silêncio, um acobertamento da violência aí praticada assim como do agressor, muitas vezes por cumplicidade ou medo.

Para o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA, 1997) são das condições estruturantes materiais e de poder da sociedade humana que decorre a possibilidade ou não da violência contra a criança e adolescente. Pela exclusão que comportam, pela falta de condições da família, como pela forma como esta se estrutura para sobreviver e relacionar-se. Sobrevivência e relacionamento familiar estão intimamente ligados.

Para Iossi (2004) muitos problemas têm dificultado o dimensionamento da violência no Brasil, desde as diferentes definições do problema, a diversidade de fonte de inquérito, até a inexistência de informações populacionais. As relações de poder desfavorecem as crianças, pois os valores culturais definem o papel

do adulto como sendo de força, dominação, superioridade e poder social da criança como sendo de submissão, passividade, respeito, fraqueza e inferioridade (IOSSI, 2004).

O ser humano é complexo e contraditório, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir. Em condições sociais de escassez, de privações e de falta de perspectivas, as possibilidades de amar, construir e de respeitar o outro ficam ameaçadas. Este estado de privação de direitos ameaça a todos na medida em que se produz uma desumanização generalizada (KALOUSTIAN, 2002, p. 55).

C-1- No comportamento de algumas crianças por ter visto as brigas dos pais, são agressivas, arredias, não conversam até se acostumarem com a convivência aqui no abrigo, com as funcionárias e as crianças.

O impacto dos maus tratos sobre as crianças é influenciado por fatores como a idade, grau de desenvolvimento, tipo de abuso físico sofrido, frequência duração, gravidade do abuso e relação existente entre a vítima e o agressor (PIRES, 2005).

Segundo Roque (2006), no município de Jardinópolis-SP, entre 1995 e 2005, as ações que tramitaram na Instância da Justiça da Infância e da Juventude apontaram que dos 2977 processos, 8,21% foram de violência doméstica, aproximadamente 245 casos, dos quais 23,51% foram de violência sexual, 62,9% de negligência e 113,58% de violência física.

Em nossa pesquisa os atores sociais apenas citaram a violência física, ou seja, aquela que há uso da força física, geralmente do adulto contra a criança, causando-lhe desde levador, podendo passar por danos e ferimentos graves, deixando seqüelas. De certa forma os danos físicos e emocionais também podem ser irreversíveis e se manifestarem em idades mais adiantadas.

## **O Cotidiano**

Este núcleo retratado nas falas dos atores sociais configurou-se em três subtemas que foram construídos a partir das significações dos discursos dos atores envolvidos: Rotina, Recreação e Cuidados, que passaremos a discutir a seguir.

## Rotina

As crianças atendidas no Abrigo têm idade de zero a quatro anos, é uma entidade de ação filantrópica, educativa e social, com objetivo de atender as necessidades das crianças carentes, tem orientação de base cristã, mas sem vínculo com nenhuma religião específica.

Na fala dos atores sociais a rotina é simples e se desenvolve normalmente.

C-1 Bom os cuidados a gente chega de manhã dá o banho nos menores de zero a dois anos e depois a mamadeira, enquanto os maiores continuam dormindo, depois a gente volta dá o banho nos maiores e o lanche deles.

C-2 Cuido deles á noite, põe para dormir, escovar os dentes, rezo com eles e mais cuidar deles.

As rotinas deveriam ser organizadas, sistematizadas, buscando garantir condições peculiares e direitos ao desenvolvimento, direito a convivência familiar e comunitária, direito a liberdade, respeito e dignidade. A submissão às rotinas e o convívio restrito as mesmas pessoas, comprometem o desenvolvimento da criança além de limitar suas possibilidades e oportunidades de desenvolver relações sociais amplas e diversificadas.

As crianças institucionalizadas sofrem uma rotina artificial de relações estereotipadas que fala por elas, privando-as de seu espaço subjetivo, de seus conteúdos individuais e da possibilidade de construção de vínculos afetivos (WEBER, 1995, p. 36).

Na fala dos atores sociais eles retratam:

C 1- O rodízio por turno, cria muitas confusões na cabecinha deles. Após algum tempo eles acostumam e até sabem a hora da gente de ir embora. Se vem substituir, as crianças perguntam se não está cansada.

Nos Abrigos, a mudança dos cuidadores primários da criança, as oscilações técnicas no atendimento, a falta de consenso sobre o processo educacional a ser adotado, a transferência da criança de uma instituição para outra são fatores que ocorrem

comumente e que acarretam a descontinuidade dos laços afetivos. A criança, dependendo de sua faixa etária e de suas vivências pretéritas, apresenta necessidades distintas, e o método empregado pelo programa de abrigamento nem sempre atende de forma personalizada essa demanda. O retardo no desenvolvimento cognitivo e o afetivo de uma criança abrigada por longa data denotam malefícios da institucionalização prolongada. Se a ruptura dos vínculos iniciais é prejudicial, a continuidade dessas rupturas é ainda pior. Os laços construídos nas instituições revelam-se frágeis e inconsistentes. A criança abrigada demora em demonstrar sinais de formação de apegos sociais específicos (TJRGS, 2006).

Na relação cuidadores sociais e as crianças as tarefas do dia a dia, o número de crianças atendidas dificultam o comportamento de apego, não dá para atender todas as crianças da mesma forma com o mesmo carinho, atenção e afeto, dificultando a formação do vínculo afetivo.

A criança precisa de atenção diferenciada para satisfazer suas necessidades individuais por afeto e estimulação.

O método empregado pelo programa de abrigamento dificilmente garante o atendimento a essa demanda de forma personalizada.

## **Recreação**

A recreação, o divertir-se, entreter-se, gracejar, faz parte do universo infantil, do ser criança. A recreação retratada nas falas dos atores sociais ocorre no cotidiano das crianças de maneira bastante diversificada pelos horários e cuidadoras e com certa dificuldade:

C-1 Quando não está frio a gente leva para fora dar banho de sol e quando está frio ficamos brincando na sala de televisão. A gente não tem um projeto pra fazer com eles porque são duas cuidadoras de manhã e uma enfermeira, então é difícil, arrumar um projeto pra brincar com eles.

O brincar facilita o crescimento e, portanto a saúde, o brincar conduz aos relacionamentos grupais, o brincar como experiência criativa na continuidade espaço-tempo, é uma forma



básica de viver (WINNICOTT, 1975).

As cuidadoras reconhecem essa necessidade da criança, mas também sabem que são muitas crianças, muitas atividades essenciais como alimentação, por exemplo, sobrando pouco tempo para brincar com as crianças, além do número insuficiente de profissionais por plantão.

Outro aspecto que chama atenção nesta fala é que não existe um projeto de recreação, lazer a ser desenvolvido no dia a dia. No nosso entendimento ele é tão necessário quanto se alimentar. Devido sua importância a recreação deve ser inserida nas atividades do dia a dia das crianças, em vez de ser considerado somente como atividade residual. Brincar permite desenvolver percepções sobre as outras pessoas e compreender as exigências de expectativa e tolerância. Brincando aprende-se a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesmo à criação de vínculos afetivo e duradouro.

A importância do brincar aparece na fala de outra cuidadora:

C-3 Tem a hora do lazer deles, o espaço é pouco, mas mesmo neste espaço a gente tem pra brincar: pipa, bola, animais brincadeira do dia a dia.

A falta de tempo, de um espaço para as brincadeiras também aparece na fala desta cuidadora, que se refere ao ambiente externo, a convivência ao ar livre, com bola, pipa, entre outros.

O jogo/brincadeira é terapêutico em qualquer idade. Ele proporciona um meio para liberar a tensão e o estresse encontrados no ambiente. Através do jogo/brincadeira, as crianças são capazes de se comunicar e demonstrar suas necessidades, temores e desejos que elas não conseguem exprimir através da linguagem. Entendemos que seu plantão é noturno, mas a partir das 19h00min é possível elaborar jogos, contar histórias, etc.

## **Cuidado**

Todos os atributos do cuidar são essenciais no processo de desenvolvimento da criança. Nos Abrigos o cuidado e atenção individual ficam limitados em função do número de crianças que necessitam de atendimento em todas as suas necessidades básicas

e o número insuficiente de cuidadores para desempenharem esta função.

Este contexto é retratado nas falas dos atores sociais a seguir:

C.1- A gente dá o carinho também na medida do possível porque não dá pra dar para todos de uma vez e a gente trata eles como se fossem nossos, mas não é daquele jeito nosso, porque são muitos e não tem como.

A importância do cuidado na vida das crianças se faz no nível de prevenção, promoção à saúde, no seu crescimento e desenvolvimento, no contexto do brigo o cuidado se torna mais abrangente indo além dos cuidados primários, o cuidador retrata em sua fala o cuidado envolvendo: carinho, atenção, paciência, educação, limitando algumas atitudes das crianças no dia a dia e relacionam este cuidar aqueles com os filhos em casa com está apontado nas seguintes falas:

C.2- Estas crianças daqui tem que ser mais especiais que em casa, precisa de muito carinho, muita paciência e muito carinho.

C.1- Eu assim, eu me espelho em casa com os meus filhos e tento tratar eles da mesma forma. Passo pra eles o carinho, a hora do educar e tem a hora do castigo porque onde não tem disciplina não tem como ter uma convivência e então me espelho em casa e trato eles aqui.

C.3- Trabalho com carinho, além do carinho e do amor, da compreensão temos que dar limites na hora certa, não pode fazer isso, não é hora pra isso, é hora disso.

O cuidado desenvolvido pelas cuidadoras é comparado sempre no cuidado que tem com seus filhos em casa, porém deixam bem claro que “são muitos e não tem como”, em nossa percepção como pesquisadora, torna-se necessário redimensionar, o número de cuidadores em relação ao número de crianças, uma vez que as atividades dos cuidadores em relação aos cuidados com as crianças se organizam nas vinte e quatro horas. Neste contexto faz-se necessário que o cuidador, conheça a criança nas diferentes faixas etárias e suas peculiaridades tais

como: intolerância alimentar, preferências, hábitos de sono e de eliminações, controles especiais com sua saúde entre outros o que irá favorecer o atendimento a necessidade da criança de forma individualizada, estabelecendo vínculos afetivos, permitindo o engajamento na relação cuidador-criança.

No processo do cuidar percebe-se que os cuidados primários são fundamentais para o bom crescimento e desenvolvimento da criança e a qualidade dos cuidados dispensados as crianças são de extrema relevância para nossa pesquisa.

Pensamos que neste aspecto as cuidadoras se desdobram para oferecer o melhor de si mesmas, embora lhes falhe alguns conhecimentos básicos de alimentação de crianças.

A criança necessita estabelecer relações afetivas com os cuidadores e precisam deles para se estruturar como sujeito, com identidade própria, são os cuidadores que os escutam, os entendem; que cuidam deles atendendo suas necessidades na medida do possível, que lhes dão carinho, afeto, que lhes proporcionam oportunidades seguras de explorar e conhecer o mundo que as rodeiam, condições essenciais ao adequado crescimento e desenvolvimento destas crianças.

## **A espera**

Neste núcleo de sentido, os atores sociais fragmentam em dois subtemas: Retorno ao Lar e Adoção. A contextualização deste núcleo é de alta complexidade, pois os subtemas retrataram a reintegração familiar e o processo de adoção, neste sentido envolvem fatores e situações que muitas vezes requer estudos familiares e processos judiciais que são mais demorados.

## **Retorno ao lar**

Compreender e cumprir o ECA é um grande desafio para Abrigos, o caráter dos abrigos em ser uma medida provisória e excepcional e de promover a reintegração social é processo complexo.

As maiores dificuldades para se alcançar esse objetivo são relacionadas à resistência dos dirigentes e demais funcionários dos abrigos quanto à função social do abrigo no contexto das

políticas públicas atuais (IPEA/CONANDA, 2004, p. 374).

Incluir os Abrigos em um compromisso com a desinstitucionalização é um desafio. A reintegração social deveria ocorrer desde o ingresso da criança na instituição, perceber, conhecer a história da família – constituição dinâmica, interação, as razões da institucionalização são essenciais para se promover a reintegração social, pois há necessidade de um trabalho de reorganização da família de origem.

A criança abrigada por direito deve ter possibilidade de retornar a sua família de origem ou conviver em família substituta.

O livro-relatório “O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil” retratam o perfil das crianças abrigadas em relação à família: 58,2 % das crianças e adolescentes abrigados têm família e mantem vínculo, 22,7% tem família e sem vínculo, 5,8% tem família, porém por impedimento judicial não mantém vínculo, num total de 86,7% crianças abrigadas com família, diante deste quadro é possível promover a reintegração social possibilitando a criança de usufruir o convívio com sua família de origem mesmo vivendo em um abrigo, manter esta convivência diante de possuírem família é uma realidade e direito constituído pelo ECA.

Neste relatório segundo o Comitê para Reordenamento de Abrigos alguns fatores são determinantes para permanência prolongada de crianças e adolescentes nestas instituições, entre os quais podem ser citados: o acolhimento de crianças e adolescentes nos abrigos sem decisão judicial; a escassez de fiscalização das Instituições de Abrigos por parte do Judiciário, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares; a inexistência de profissionais capacitados para realizar intervenções no ambiente familiar dos abrigados, promovendo a reinserção deles; a existência de crianças e adolescentes colocados em Abrigos fora de seus municípios, o que dificulta o contato físico com a família de origem, o entendimento equivocado por parte dos profissionais de abrigos de que a instituição é o melhor lugar para a criança; a ausência de políticas públicas de apoio às famílias; a demora no julgamento dos processos por parte do Judiciário; e a utilização indiscriminada da medida de abrigamento pelos Conselhos Tutelares, antes de terem sido analisadas as demais opções viáveis para evitar a institucionalização de crianças e adolescentes (IPEA/*Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 22-41, 2007*

CONANDA, 2004, p. 60 e 65).

Alguns desses fatores vêm retratados na fala dos atores sociais da nossa pesquisa:

C.1- Alguns vem para o abrigo e são adotados outros a justiça dá uma chance para os pais, a assistente social vem acompanhando até certo tempo, aí conforme for reagindo a criança e os pais, aí o juiz devolve, mas demora um pouco.

O impacto de um período de institucionalização prolongado afeta a criança no seu crescimento e desenvolvimento e sua sociabilização é um fator importante que merece reflexão, retratado na fala dos atores sociais desta pesquisa:

C.3- Uns ficam aqui, a família tem problemas com a justiça e tem que resolver antes, outros são adotados e outros vão para outros abrigos.

A desinstitucionalização é um processo bastante complexo, há necessidade da realização de um trabalho com a família de origem objetivando sua reorganização, o comprometimento dos pais em quererem o retorno da criança ao lar é prioritário no cotidiano dessas crianças.

Este contexto vem relatado nas falas dos atores sociais desta pesquisa:

C.2- Alguns tem que esperar o pai entrar para pedir a guarda de volta, o pai, a família, um parente ou avó, e tem os que aguardam adoção.

Torna-se necessário a intervenção do trabalho da equipe técnica que deverá ser dinâmico, interdisciplinar, atitude deverá ser de escuta atenta, compreensiva, analítica e avaliativa buscando meios adequados para alcançar o objetivo de desinstitucionalizar a criança definitivamente, ressaltando neste estudo que a criança é a maior interessada em retornar ao seu lar, conhecer suas idealizações, referências de família: como viveu, sentimentos em relação ao abandono, do abrigo e perspectivas de futura para sua vida são essenciais para que ocorra a saída do abrigo com uma preparação gradativa e o menos traumática possível (MOTTA, CECIF, 2002).

Porém para esta pesquisadora, torna-se necessário que o desenvolvimento deste trabalho seja o mais precoce possível, para que o abrigo cumpra com seu papel de proteção e em caráter temporário dessas crianças. O acompanhamento de crianças no processo de desinstitucionalização se faz de forma isolada e fragmentada, cada situação em particular é avaliada conforme a necessidade do momento o que não possibilita um parecer técnico efetivo, há ausência de uma política de desinstitucionalização da criança o que dificulta o processo de reintegração familiar.

Torna-se de extrema importância buscar soluções que apoiem os abrigos, para que possam promover e manter o direito a convivência familiar, a integração de várias entidades de apoio para que atuando conjuntamente implementem medidas que atendam o direito dessas crianças á reintegração familiar, a intervenção da Vara da Infância e da Juventude não pode exercer o papel somente de fiscalizador há necessidade de ter o papel de parceiro, estreitando as relações com as instituições e trazendo o Poder Público para uma discussão sobre a atuação em relação às políticas públicas que poderão ser implementadas visando atender o direito das crianças de reintegração familiar.

### **Adoção**

As crianças institucionalizadas são acolhidas provisoriamente em abrigos como medida de proteção em curto prazo, porém a realidade retrata que as crianças ficam por longo tempo nos abrigos, até que as autoridades competentes da Vara da Infância e Juventude deliberem judicialmente para que possam ser adotadas.

Não são todas as crianças institucionalizadas que estão inseridas no processo de adoção, somente aquelas cujos pais sejam desconhecidos ou que tiveram decretado a perda do poder familiar por sentença judicial, poder familiar constitui um conjunto de direitos e deveres dos pais em relação aos seus filhos (PERNAMBUCO, 2004, p. 11).

A adoção é garantida pelo ECA Art.-41: “atribui a condição de filho adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes”, Art.-46: “será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso” e Art.-48: “é irrevogável”. (BRASIL, ECA, 1991).

Por mais que o poder judiciário se esforce, nem sempre consegue atender as demandas que lhe chegam e o que se observa é uma demora no processo de adoção, desde seu início até sua conclusão. Existem crianças para serem adotadas nos abrigos, apesar do processo de adoção visar a criança como o maior interessado, não ocorre um cadastramento das crianças que estão aptas para serem adotadas, ocorre um cadastramento dos casais, porém muitas delas não têm o perfil das preferências dos casais que pretendem adotá-las.

Segundo Relatório da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte em 2003 dos 176 casais inscritos o perfil das crianças pleiteadas em relação:

- Faixa etária de zero a um ano-61,9%;
- Sexo-feminino-46%;
- Cor - optaram exclusivamente por crianças de cor branca-35,2%.

Diante desta realidade percebemos que as crianças que não estão contempladas neste perfil terão muitas dificuldades de encontrarem uma família que as adote e acredito este seja um dos fatores que contribua para a demora do processo de adoção das crianças abrigadas.

Na fala dos atores sociais desta pesquisa também se preocupam com a demora do processo:

C.1- Eu acho errado, porque à medida que vai passando o tempo as pessoas não querem mais adotar as crianças maiores, aí elas vão ficando aquelas crianças revoltadas, tristes e até chora e dizem porque minha mãe não me busca? Porque ninguém me quer? É triste.

A adoção hoje implica necessariamente em adoções chamadas tardias, de crianças mais velhas, porém os mitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil apresentam-se como fortes obstáculos à realização deste tipo de adoção.

Em pesquisa realizada com a população em geral na cidade de Curitiba, indicam alguns determinantes para este desencontro de crianças institucionalizadas e postulantes a adoção, de acordo com as opiniões de boa parte da população encontradas na pesquisa, as pessoas: teriam medo de adotar crianças mais velhas pela dificuldade na educação; teriam medo

de adotar crianças que viveram muito tempo em orfanatos pelos “vícios” que traria consigo; medo que os pais biológicos possam requerer as crianças de volta; medo de adotar crianças sem saber a origem de seus pais biológicos, pois a “marginalidade” dos pais seria transmitida geneticamente; pensam que uma criança adotada, cedo ou tarde traz problemas (WEBER, 2005, p. 77), não relatei todo o teor da pesquisa e procurei relatar algumas opiniões que mereceram por parte desta pesquisadora maior relevância, pois acredito que muitas destas opiniões poderiam ser modificadas através de esclarecimentos com campanhas, panfletos, participação fóruns, que debatessem o tema, estratégias que visassem simplesmente maiores informações sobre o tema.

Neste contexto os atores sociais desta pesquisa percebem que há famílias querendo adotar e crianças para ser adotadas, então o processo poderia ser mais fácil:

C.2- Muito demorado, acho que demora demais a liberar, acho que tinha que ser mais rápido. Vê a família que vai adotar a criança demora muito. Traz conseqüências para as crianças esta demora, porque as crianças vão crescendo e crescem sem o convívio dos pais, chegam aqui novinhas e vão para outra instituição e não foi adotada e tem família com ficha querendo crianças, isto atrapalha.

Alguns aspectos são relevantes em relação à adoção que subsidiam a posição defendida pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: a adoção seja medida excepcional, realizada apenas quando esgotadas as possibilidades de reintegração à família de origem e o encaminhamento para adoção requer intervenções qualificadas e condizentes com os pressupostos legais e o superior interesse da criança e do adolescente (BRASIL, 2006, p. 44).

A adoção é um processo delicado, os caminhos são tortuosos e cheios de entraves, não podemos colocá-la como a solução para resolver os problemas das crianças institucionalizadas, mas com certeza representa um dos caminhos para garantir a criança o direito de ser criado e educado por uma família.



## Considerações Finais

No universo do Abrigo as crianças são cuidadas pelos cuidadores sociais, sujeitos da nossa pesquisa, que na nossa percepção desenvolvem suas funções de forma empírica, experienciada na sua vida cotidiana, cuidando-os da forma como cuidam de seus próprios filhos.

Considerando que o número de crianças que necessitam de cuidados e o número de cuidadoras para desenvolvê-los, fica difícil voltar o olhar para o atendimento individual, o cuidado será desenvolvido de forma coletiva.

Os atores sociais da nossa pesquisa se mostraram envolvidos, compromissados em cuidar das crianças, porém percebemos um despreparo no que se refere às etapas do crescimento e desenvolvimento infantil, e neste ambiente os cuidados necessitam serem direcionados buscando perceber que ocorrem numerosas alterações com as crianças e em diferentes faixas etárias.

Torna-se essencial que os cuidadores sociais compreendam que mesmo as necessidades básicas: de comunicação, higiene, recreação, nutrição, sono, carinho, afeto, são expressas pelas diferentes crianças, em diferentes idades e de formas singulares.

O processo do cuidar transcende as necessidades básicas e para tanto é preciso buscar formas de fortalecimento físico, moral, emocional e psicológico dessas crianças, uma vez que são vitimadas no corpo e na alma. E independente da finalização de cada caso, elas retomarão uma nova etapa de suas vidas, necessitando de segurança e autoconfiança para fazê-lo. Tais aspectos evidenciam a necessidade de um cuidado voltado para prevenção, promoção e manutenção a saúde.

Consideramos que o processo do cuidar em decorrência das suas raízes femininas se expressa nos discursos analisados e ecoa na prática da Enfermagem, pois se irmanam em suas origens.

O profissional Enfermeiro vivencia em sua prática todo o processo do cuidar, em vários contextos, o que o qualifica para ser inserido na equipe técnica do abrigo, podendo ser um facilitador para o desenvolvimento de um cuidar mais adequado e compartilhado pela equipe, exercitando o seu papel conscientizador, na necessária tomada de consciência sobre o cuidar por parte de quem cuida. Além do papel do cuidador, o profissional pode ser também um fomentador da cultura de

valorização, respeito e promoção da convivência familiar e comunitária, reconhecendo a família como o ambiente de excelência para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

MARQUES, C. M. L.; CANO, M. A. T.; VENDRUSCOLO, T. S. The perception of the social caretakers of children in shelters in relation to the process of taking care. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 2, p. 22-41, 2007.

- *ABSTRACT: This research was developed in the municipal district of Uberlândia-MG, in a non-governmental shelter, that receives children from 0 to 4 years old, victims of violence and social poverty. The objective of this research was of knowing the social caretakers' perception regarding the infantile growth and development and the cares that are offered by them to the institutionalized children. The theoretical referential was based in authors that discuss the historical evolution of the attendance to the child, the abandonment and the protection laws. The qualitative methodology was used, based on the technique of free narrative of the subjects starting from a leading theme: "How it is for you to work here in the Shelter taking care of children". The analysis of the data was made through the content analysis, thematic modality-analysis. The results of the analysis of the content evidence four sense nuclei: THE ARRIVAL; The DAILY, that is separated in: the routine, the recreation and the cares; THE WAIT and ADOPTION. It can be noticed the direct connection between the caretakers' domestic work and the performance with the children; the gender relationship in taking care and the lack of the caretakers' perception concerning the labor subjects and the professional preparation for the care.*
- *KEYWORDS: Social Caretakers; Children; Shelters.*

### Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília/DF, 1993.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à convivência comunitária*. Brasília/DF, 2006. Disponível em [www.presidência.gov.br](http://www.presidência.gov.br). Acesso em: 22 jan. 2007.

CENTRO DE REFERENCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CECRIA). *Fundamentos e políticas contra a exploração sexuais de crianças e adolescentes*. Relatório de estudo. Brasília: MJ/CECRIA, 1997.

*Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 22-41, 2007*

CHIZZOTTI, A. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. (Biblioteca de educação. Série 1, escola; v. 16).

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1994, p.51-66.

IOSSI, M. A. Envolvimento dos profissionais de saúde do município de Guarulhos-SP na assistência às crianças vítimas de violência doméstica. 2004. 130p. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

IPEA/ CONANDA. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. 2004. Disponível em: [www.conanda.gov.br](http://www.conanda.gov.br). Acesso em: 29 ago. 2006.

Juizado da Infância e Juventude. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ano IV n. 8, 2006. Porto Alegre. Disponível em: [www.tjrs.gov.br](http://www.tjrs.gov.br). Acesso em: 08 jan. 2007.

KALoustIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNICEF, 2002.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em saúde. 4 ed., São Paulo: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOTTA, M. A. P. *As crianças institucionalizadas apresentam marcas muitas vezes profundas e sempre dolorosas*. III Ciclo de palestras: Toda criança em família. Realizado em 23/11/2002, em São Paulo. Disponível em: [www.cecif.org.br](http://www.cecif.org.br). Acesso: 12 jan.2007.

PERNANBUCO. Poder Judiciário do Estado. Segunda Vara da Infância e Juventude. Adoção. Recife, 2004. Disponível em: [www.tipe.gov.br](http://www.tipe.gov.br). Acesso em 23 jan. 2007.

PIRES, A. L. D; MYAZAKI, M. C. O. S. *Maus tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais de saúde*. Arq. Ciências Saúde. n.12, v.1, jan./mar. p. 42-49, 2005.

ROQUE, E. M. S. T. Estudo das famílias de crianças e adolescentes vítima de violência, que sofreram intervenção da justiça, em comarca da vara única-Estado de São Paulo – Brasil. Ribeirão Preto, 2006, 239p. Tese de Doutorado-Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo.

TRIVINÕS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa*. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, L. N. D. *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2005.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.